



Centro de Pesquisas sobre
Governança e Desenvolvimento

**Avaliação de Desempenho do Governo nos Países da África
Austral: A Perspetiva Pública**

Carlos Shenga

CPGD Working Paper N°10

Agosto de 2018

Sobre o autor

Carlos Shenga é doutorado em estudos políticos pela Universidade de Cape Town e fundador do Centro de Pesquisas sobre Governança e Desenvolvimento (CPGD).

Este *Working Paper* pode ser baixado a partir de:

www.cpgd.org.mz

Para mais informação contacte:

info@cpgd.org.mz

Avaliação de Desempenho do Governo nos Países da África Austral: A Perspetiva Pública

Introdução

Nos primórdios dos anos 90 alguns países africanos adotaram constituições democráticas e, por conseguinte, realizaram eleições multipartidárias fazendo emergir governos eleitos pelo povo. Passadas algumas décadas, há uma necessidade crescente de analisar a avaliação de desempenho do governo dos países africanos. Estudos sobre o assunto no continente são limitados. Este estudo centra-se em duas principais questões: A primeira questão é: qual é o nível de desempenho do governo nos países africanos? E a segunda, porquê é que em certos países o desempenho do governo tende a ser relativamente alto e em outros baixo? Ou seja, que fatores explicam o desempenho do governo?

Existem pelo menos duas perspetivas de analisar o desempenho do governo. Uma é a partir da avaliação feita pelos governantes e os seus assessores e servidores públicos – isto é, aqueles que tomam decisões e aqueles que executam as decisões tomadas. Como os governantes e seus assessores e servidores públicos conhecem melhor os processos, práticas e dinâmicas da administração do Estado e gestão da economia, alguém interessado em analisar a avaliação de desempenho do governo poderia basear-se na informação detalhada deste grupo de informantes. Contudo, existem pelo menos dois dilemas quanto a isso: Primeiro, nem sempre tem sido fácil aceder aos governantes (chefe do governo, ministros, governadores, administradores distritais) assim como os seus assessores (secretários permanentes, conselheiros e funcionários públicos). Segundo, é muito bem possível que esses facultem apenas o lado parcial positivo do desempenho do governo.

A outra perspetiva é analisar a avaliação de desempenho do governo a partir dos ‘beneficiários da governação’ – isto é, os cidadãos ou o público. A perspetiva pública de avaliação de desempenho do governo assume que a melhor forma de saber como o Estado tem estado a ser administrado e a economia gerida é a partir da visão do público, ou seja, os beneficiários da governação. Porém, essa perspetiva também não é perfeita. Pois a opinião pública pode ser manipulada pelos atores não estatais particularmente a comunicação social e assim ter uma perceção e visão distorcida, exagerada e negativa do desempenho do governo.

Este estudo emprega a perspetiva pública de análise da avaliação de desempenho do governo. De modo a controlar o efeito que a comunicação social possa ter na perceção pública, o estudo considera a comunicação social na equação dos fatores que afectam atitudes públicas sobre a avaliação do desempenho do governo.

O estudo assume que a avaliação de desempenho do governo que o público faz deriva de combinação de vários fatores, nomeadamente: 1) a consciência cognitiva que os

cidadãos têm sobre o trabalho do governo, 2) o seu engajamento na vida política, 3) a avaliação que fazem sobre a situação económica e 4) política do país, 5) a estrutura que os envolve na sociedade, e 6) o contexto no qual vivem. As razões por detrás dessas explicações serem confirmadas pelos dados do estudo e as especificações das explicações apresentam-se a seguir.

Consciência cognitiva

Os estudos de opinião pública assumem que os indivíduos com altos níveis de informação baseado no acesso à educação formal e às notícias dos meios de comunicação social¹ tendem mais a formar uma opinião para avaliar o desempenho do governo do que aqueles com baixos níveis (Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005).

Mas isso não quer dizer, de jeito nenhum, que os cidadãos das sociedades africanas caracterizadas por baixos níveis de escolaridade e poucas infraestruturas de comunicação social não formam opinião para avaliar desempenho do governo. Pois esses podem adquirir sofisticação política através do seu interesse pelos assuntos públicos e discussão de política com outras pessoas como um familiar, parceiro, vizinho ou colega (Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005).

Engajamento político

O engajamento político tem as suas consequências nas atitudes e comportamentos dos cidadãos. Shenga (2018) concluiu que os cidadãos que participam em marchas de protestos ou manifestações e em encontros de comunidade, juntam-se aos outros para levantar alguma questão e contactam oficiais públicos² tendem mais a participar nas campanhas eleitorais e nas eleições. Stenner-Day e Fischle (1992) mostraram que participação política dos cidadãos aumenta a sua eficácia política – isto é, a crença de que o governo irá resolver as necessidades dos cidadãos.

E Patterson, Ripley e Quilan (1992) concluíram que “os cidadãos que creem que o governo irá responder as suas necessidades tendem a avaliar favoravelmente o desempenho das instituições políticas”. Sendo assim, este estudo assume que os indivíduos que se engajam politicamente tendem a avaliar o desempenho do governo positivamente.

¹ O estudo mede acesso às notícias dos meios de comunicação social a partir de cinco indicadores: rádio, televisão, jornais, *internet* e redes sociais. Mas mais tarde, na análise regressiva múltipla, em vez de usá-los separadamente, o estudo cria o índice multidimensional de acesso às notícias da comunicação social, o qual foi criado usando análise fatorial, a qual extraiu 1 único fator (carregamento fatorial: rádio=.27, televisão=.57, jornais=.65, *internet*=.93, e redes sociais=.89); e de confiabilidade (Alpha=.81).

² O estudo mede contacto aos oficiais públicos a partir de três indicadores: contacto ao deputado nacional, ministro e vereador. Mas mais tarde, na análise regressiva, em vez de usar os três indicadores em separado, o estudo criou o seu índice multidimensional, o qual foi criado usando análise fatorial, a qual extraiu 1 único fator (carregamento fatorial: vereador ou membro do conselho distrital=.58, deputado da Assembleia da Republica=.67, e ministro=.64); e de confiabilidade (Alpha=. 64).

Condições económicas e políticas

A forma como a economia e a política se apresentam tem impactos nas opiniões e comportamentos dos indivíduos (Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005). Shenga (2018) concluiu que os indivíduos que sentem que as condições económicas do país são boas ou muito boas e a democracia tende a funcionar bem ou muito bem são mais prováveis a participar nas campanhas eleitorais e votar.

O estudo assume que os cidadãos que se sentem mais satisfeitos com as condições económicas passadas, atuais e futuras do país tendem a avaliar positivamente o desempenho do governo em relação aos outros. E aqueles que se sentem mais satisfeitos com a forma como a democracia está a funcionar no seu país tendem a avaliar positivamente o governo do que os outros.

Estrutura social

Os aspetos da estrutura da sociedade, tal como: o género, idade, local de residência e pobreza afectam atitudes e comportamentos dos indivíduos. Devido a discriminação que a mulher está sujeita na sociedade (Wollstonecraft 1792), este estudo assume que elas tendem mais a avaliar o desempenho do governo negativamente que os homens.

Considerando o baixo engajamento que os jovens têm na vida política (Shenga e Howe 2017, Shenga 2018) esses são mais prováveis a avaliar o desempenho do governo negativamente que os adultos. Isto porque quem engaja-se menos crê menos que o governo irá resolver os seus problemas.³

Dado que os espaços rurais africanos se caracterizam com défice de infraestruturas, os residentes rurais tendem mais a avaliar o desempenho do governo negativamente que os residentes urbanos. E devido a sua situação de vivência de pobreza,⁴ os pobres tendem mais a avaliar negativamente o desempenho do governo.

Contexto

O contexto no qual as pessoas vivem também é relevante (Rule 1992, Trounstein e Valadini 2008), pois afeta atitudes e comportamentos. Este estudo considera cada um dos países estudados como um contexto específico e único independentemente das semelhanças de todos eles pertencerem a mesma região geopolítica da África Austral ou SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) ou alguns partilharem a

³ “Os cidadãos que creem que o governo irá responder as suas necessidades tendem a avaliar favoravelmente o desempenho das instituições políticas” (Patterson, Ripley e Quilan 1992).

⁴ O estudo vê vivência de pobreza como um conceito multidimensional medido por acesso aos alimentos, água potável, medicamentos ou assistência medicamentosa, combustível para cozinhar e rendimento em dinheiro. O índice multidimensional de vivência da pobreza foi criado usando análise fatorial, a qual extraiu 1 único fator (carregamento fatorial: alimentos=.68, água potável=.58, medicamentos ou assistência medicamentosa=.67, combustível para cozinhar=.54 e rendimento em dinheiro=.70); e de confiabilidade (Alpha=.77).

mesma língua oficial como resultado da colonização Anglófona, Lusófona ou Francófona. O estudo assume que os africanos que residem em países com maior estabilidade política e económica tendem mais a avaliar positivamente o desempenho dos seus governos que os outros.

Dados e metodologia

Este estudo analisa a avaliação de desempenho do governo empregando os dados dos inquéritos quantitativos de opinião pública do *Afrobarometer* implementados entre 2014 e 2015 em onze países da África Austral: Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, eSwatini, Zâmbia e Zimbábwe. Assim, ao referir africanos o estudo estará a referenciar os africanos dos países da África Austral; e ao aludir sobre os seus resultados, o mesmo estará a indicar a situação vivenciada no período 2014-15.

Nesses países, o *Afrobarometer* inquiriu 17989 africanos com idade igual ou superior a 18 anos a partir de amostras aleatórias, estratificadas, probabilísticas e representativas à escala nacional a partir de entrevistas na língua da escolha do respondente (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição da amostra e ano da realização do estudo

País	Amostra e respetiva percentagem
Botswana	1200 (6.7%)
Lesotho	1200 (6.7%)
Madagáscar	1200 (6.7%)
Malawi	2400 (13.3%)
Maurícias	1200 (6.7%)
Moçambique	2400 (13.3%)
Namíbia	1200 (6.7%)
África do Sul	2390 (13.3%)
eSwatini	1200 (6.7%)
Zâmbia	1199 (6.7%)
Zimbábwe	2400 (13.3%)
Total	17989 (100%)

Fonte: www.afrobarometer.org

Para a análise, o estudo emprega a técnica de distribuição de frequências usada para descrever os padrões distributivos da avaliação de desempenho do governo nos países estudados; e a técnica de regressão multivariada linear aplicada para testar e investigar o impacto de várias explicações da avaliação de desempenho do governo. Ainda, na análise regressiva, o estudo usa a análise fatorial e de confiabilidade de modo a reduzir certos indicadores dispersos em índices multidimensionais.

Estrutura do estudo

O estudo investiga primeiro os níveis de desempenho do governo em cada um dos países estudados. Segundo, investiga e testa o impacto simultâneo de diferentes

explicações competitivas da avaliação do desempenho do governo. Terceiro, sumariza os resultados e discute-os.

Avaliação de desempenho do governo nos países da África Austral

Qual é o nível de desempenho do governo nos países africanos? Para analisar a avaliação de desempenho do governo, o estudo baseou-se na seguinte pergunta do inquérito de opinião pública do *Afrobarometer*: “Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores: 1) dirigir a economia; 2) melhorar as condições de vida dos pobres; 3) criar empregos; 4) manter a estabilidade dos preços; 5) reduzir a diferença entre ricos e pobres; 6) reduzir o crime; 7) melhorar os serviços básicos de saúde; 8) resolver as necessidades de educação; 9) providenciar serviços de água e saneamento; 10) assegurar que toda a gente tenha alimentação suficiente; 11) lutar contra a corrupção no governo; 12) fazer manutenção das estradas e pontes; e 13) fornecer serviço de eletricidade de qualidade.”

Em vez de usar todos os treze indicadores da avaliação do desempenho do governo, este estudo emprega os primeiros cinco, relacionados com a economia: 1) dirigir a economia; 2) melhorar as condições de vida dos pobres; 3) criar empregos; 4) manter a estabilidade dos preços; 5) reduzir a diferença entre ricos e pobres.⁵ Assim, ao referir sobre o desempenho do governo, o estudo estará a aludir sobre o desempenho económico do governo.

Os resultados na Figura 1-5 mostram uma variação na avaliação de desempenho do governo nos países da África Austral. As médias de avaliação de desempenho do governo situam-se abaixo da metade. Dentre os vários aspetos económicos, a avaliação de desempenho do governo é alta na gestão da economia (39 por cento) seguida de na melhoria das condições de vida dos pobres (33 por cento); e baixa na manutenção da estabilidade dos preços (28 por cento), criação de empregos (27 por cento) e redução da diferença entre ricos e pobres (25 por cento).

Comparando países, Botswana e Moçambique tendem mais a situar-se acima das médias dos indicadores de avaliação de desempenho do governo. Ou seja, os tswanos e os moçambicanos são mais prováveis a dar uma avaliação acima das médias Africanas dos seus governos comparativamente a outros africanos. As razões por detrás disso encontram-se no desempenho real dos governos desses países. Botswana tem sido largamente apontado como exemplo económico de sucesso em África.⁶ E

⁵ Em vez de usar os cinco indicadores de desempenho do governo como cinco aspetos separados, este estudo criou um índice multidimensional que é aplicado mais tarde como a variável dependente. Índice de desempenho do governo foi criado usando análise fatorial, a qual extraiu 1 único fator (carregamento fatorial: gerir a economia=.73, melhorar as condições de vida dos pobres=.81, criar empregos=.78, manter preços baixos=.74, reduzir a diferença entre ricos e pobres =.76); e de confiabilidade (Alpha=.82).

⁶ <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/258643-1271798012256/Botswana-success.pdf>

Moçambique apresenta-se, no período em que o inquérito foi efetuado,⁷ com bons níveis nos indicadores macroeconómicos de crescimento económico e inflação.⁸

Por outro lado, são os países que se situam abaixo das médias africanas dos indicadores de desempenho do governo com destaque para Madagáscar e Zimbábue. A falta de estabilidade governamental em Madagáscar pode estar associada a avaliação de desempenho do governo muito baixa dos seus cidadãos assim como as sanções económicas contra o Zimbábue no que diz respeito a esse país.

Figura 1: Desempenho do Governo na Gestão da Economia na África Austral, 2014-2015

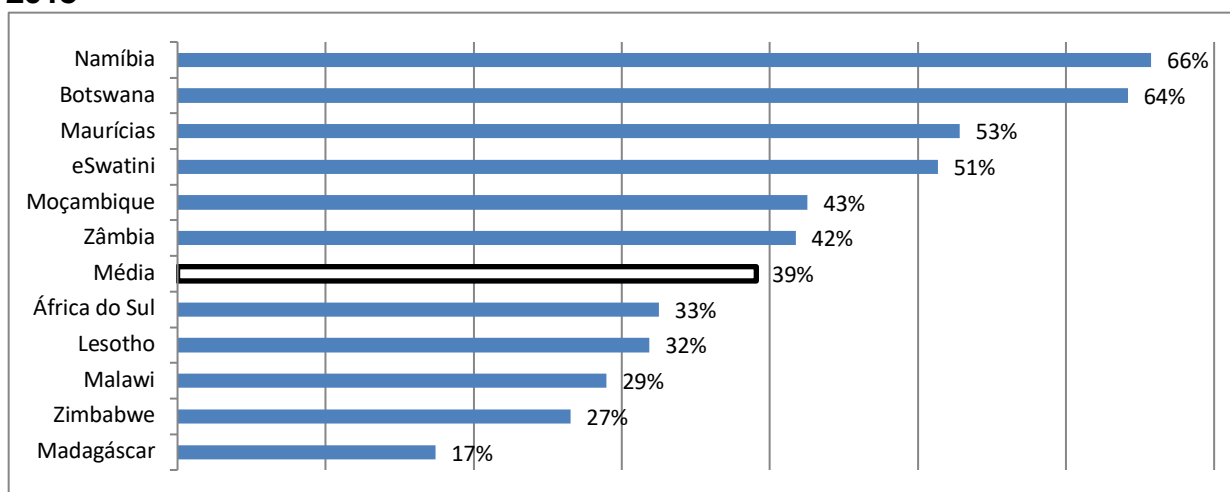
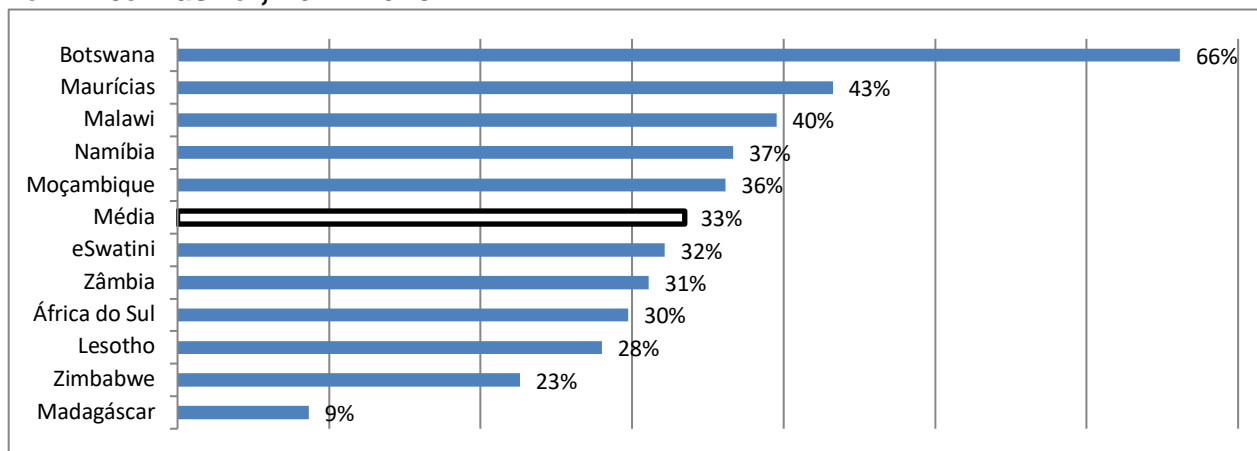


Figura 2: Desempenho do Governo na Melhoria das Condições de Vida dos Pobres na África Austral, 2014-2015



⁷ O inquérito foi realizado em Moçambique entre Junho e Agosto de 2015 (veja-se www.afrobarometer.org)

⁸ Crescimento económico ao nível de 6.6 por cento e inflação a um dígito (3.55 por cento), vejam-se os indicadores macroeconómicos de Moçambique.

Figura 3: Desempenho do Governo na Redução da Diferença entre Ricos e Pobres na África Austral, 2014-2015

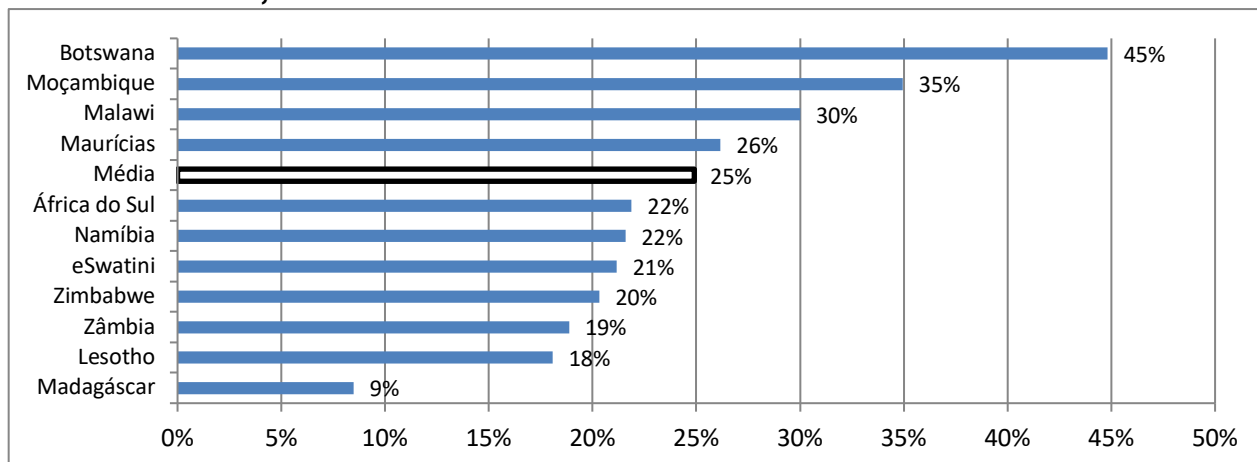


Figura 4: Desempenho do Governo na Criação de Empregos na África Austral, 2014-2015

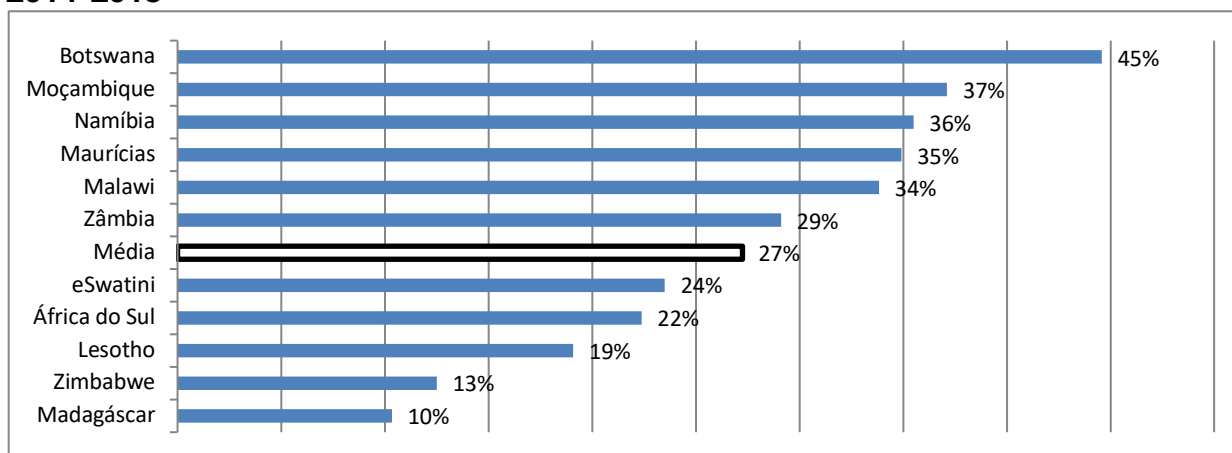
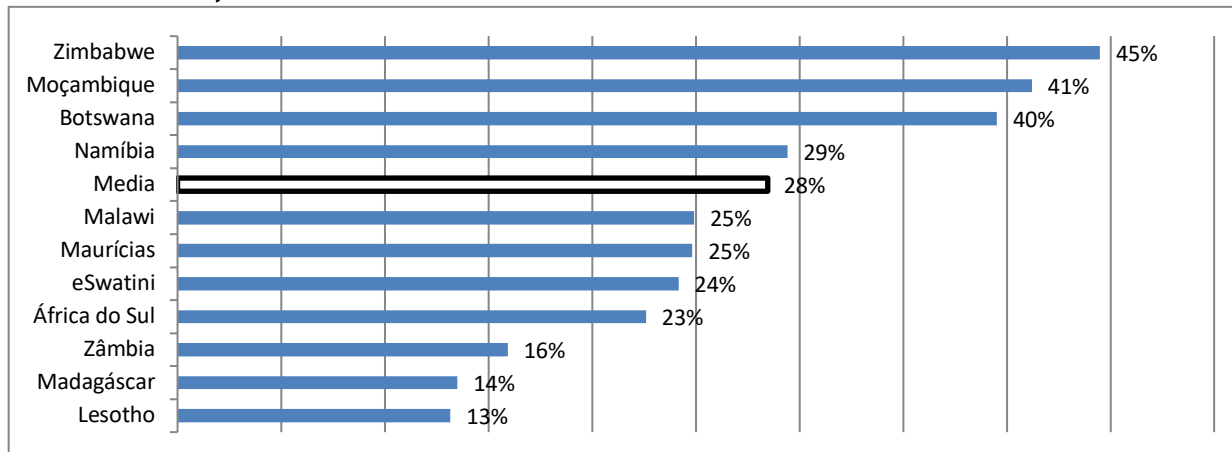


Figura 5: Desempenho do Governo na Manutenção da Estabilidade dos Preços na África Austral, 2014-2015



Explicando a Variação da Avaliação de Desempenho do Governo

Porquê é que em certos países a avaliação de desempenho do governo tende a ser relativamente alta e em outros baixa? Que fatores explicam a avaliação de desempenho do governo?

Os resultados do efeito simultâneo dos fatores da avaliação de desempenho do governo examinados neste estudo mostram, na primeira coluna da Tabela 2, que dentre os indicadores de consciência cognitiva, a educação formal tem um impacto significativo, mas negativo. Os africanos com altos níveis de escolaridade tendem a formar atitudes para avaliar o desempenho do governo, mas essa atitude é negativa. Ter altos níveis de escolaridade leva os cidadãos a avaliar o desempenho do governo negativamente. Isso pode fazer sentido se virmos que educação formal prontifica os indivíduos a aceder às notícias dos jornais, televisão, rádio, *internet* e redes sociais que contribuem largamente para formar atitudes negativas. De facto, como o estudo irá aludir quando tomarmos em consideração o contexto na equação, o acesso às notícias da comunicação social tem um efeito negativo na avaliação de desempenho do governo.

No que diz respeito ao engajamento político, os africanos que participam em encontros de comunidade e contactam os seus dirigentes tendem a avaliar o desempenho dos seus governos positivamente em relação aos outros.

Tabela 2: Modelo Explicativo de Desempenho do Governo na África Austral, 2014-2015, Regressão Linear Múltipla

	Modelo 1	Modelo 2	Poder explicativo
CONSCIÊNCIA COGNITIVA			.01
<i>Níveis de informação</i>			
Educação formal	-.066***	-.052***	
Acesso notícias da com. social (Índice)	-.011	-.034***	
<i>Engajamento cognitivo</i>			
Interesse pelos assuntos públicos	.012	.015	
Discussão de política	-.013	-.010	
ENGAJAMENTO POLÍTICO			.01
Partic. em encontros de comunidade	.051***	.033***	
Juntar-se para levantar uma questão	.007	.015	
Partic. marcha protesto/ manifestação	-.014	-.011	
Contacto aos dirigentes (índice)	.045***	.035***	
SATISFAÇÃO ECONÓMICA			.14
Condições económicas atuais	.205***	.188***	
Condições económicas passadas	.107***	.089***	

Condições económicas futuras	.126***	.134***	
SATISFAÇÃO POLÍTICA			.06
Satisfação com a democracia	.180***	.169***	
ESTRUTURA SOCIAL			.01
Género (mulheres)	.016*	.013	
Idade (jovens)	.013	.008	
Espaço de residência (rural)	-.005	-.007	
Vivência de pobreza (índice)	-.024**	-.023**	
CONTEXTO			.08
Botswana	X	.126***	
Lesotho	X	-.020*	
Madagáscar	X	-.094***	
Maurícias	X	.042***	
Moçambique	X	.071***	
Namíbia	X	-.048***	
África do Sul	X	-.030**	
eSwatini	X	.012	
Zâmbia	X	-.027***	
R ao Quadrado Ajustado	.19	.23	

Os resultados nas células são coeficientes (Beta) da regressão linear. Os asteriscos indicam o nível de significância (os coeficientes significantes foram salientados a negrito): ***=significante ao nível .001; **=significante ao nível .01; e *=significante ao nível .05. Zimbabwé é referência das variáveis *dummies* no contexto.

Satisfação com a economia e com a democracia tem também impactos positivos. Os cidadãos que se sentem mais satisfeitos com as condições económicas atuais, passadas e futuras dos seus países assim como aqueles que se sentem satisfeitos com a forma como a democracia está a funcionar nos seus países tendem a avaliar positivamente o desempenho do governo.

Relativamente à estrutura social, o género e pobreza tem impactos significativos. O impacto do género é positivo, mas o da pobreza negativo. As mulheres são mais prováveis a avaliar positivamente o desempenho do governo, enquanto os pobres são menos prováveis.

Adicionado o contexto

Considerando o contexto na explicação da avaliação de desempenho do governo (Modelo 2, segunda coluna da Tabela 2), observa-se que o acesso às notícias dos meios de comunicação social torna-se significativo e o seu impacto é negativo. Por outras palavras, os africanos que obtêm frequentemente notícias dos meios de comunicação social tendem mais a avaliar negativamente o desempenho do governo. Isto faz sentido porque os meios de comunicação social tendem mais a salientar o negativo nas suas reportagens (Rosenthal 2009).

Quanto ao contexto em si, nota-se que os indicadores contextuais com exceção de eSwatini são significativos. Os tswanos seguidos dos moçambicanos e mauricianos tendem mais a avaliar positivamente o desempenho dos seus governos enquanto os malgaxes, namibianos, sul-africanos, zambianos e os sutos tendem mais a avaliar negativamente. Ainda, com a adição do contexto na equação, o modelo passa a explicar de 19 por cento para 23 por cento de variação na variável dependente. Isto quer dizer que o contexto contribui em 4 pontos percentuais no modelo.

Poder explicativo das explicações competitivas

Pesando o poder explicativo de cada explicação, na coluna 3 da Tabela 2, verifica-se que a avaliação de desempenho do governo deriva em primeiro lugar da satisfação económica dos indivíduos; segundo, o contexto no qual eles vivem; e terceiro, na sua satisfação política com a forma como a democracia está a funcionar. Os modelos da consciência cognitiva, engajamento político assim como o sociológico tem pouco impacto na explicação da avaliação de desempenho do governo.

Conclusão e Discussão

Este estudo analisou a avaliação de desempenho do governo nos países da África Austral usando a perspetiva pública e os dados dos inquéritos de opinião pública do *Afrobarometer* de 2014 e 2015. O estudo concluiu, primeiro, que os africanos dão uma avaliação abaixo da metade do desempenho dos seus governos. Dentre os indicadores investigados: gestão da economia; melhoria das condições de vida dos pobres; manutenção da estabilidade dos preços; criação de empregos; e redução da diferença entre ricos e pobres, os africanos dão uma avaliação de desempenho do governo alta na gestão da economia seguida de na melhoria das condições de vida dos pobres.

Segundo, os tswanos e os moçambicanos tendem mais a dar uma avaliação acima das médias africanas dos seus governos enquanto os malgaxes e zimbabwianos abaixo. As razões por detrás disso encontram-se no desempenho real dos governos desses países com o Botswana largamente apontado como exemplo económico de sucesso em África; Moçambique com crescimento económico alto e inflação baixa; Madagáscar com instabilidade governamental; e Zimbabwe com sanções económicas bem como baixo desempenho macroeconómico.

Terceiro, abalanzando o impacto simultâneo de vários fatores que concorrem na explicação da variação da avaliação de desempenho do governo, a satisfação com as condições económicas do país tem o maior peso seguido do contexto no qual as pessoas vivem; e terceiro, a satisfação com a forma como a democracia está a funcionar. As outras explicações baseadas nos modelos teóricos da consciência cognitiva, engajamento político e estrutura social quase que não explicam nada.

Contudo, existem algumas explicações que merecem uma atenção adicional. A educação formal tem sido vista como um aspeto signficante em vários outros aspetos.

E esse estudo confirma essa significância, mas a mesma apresenta-se negativa na avaliação de desempenho do governo. Isto porque a educação é um *proxy* ao acesso às notícias da comunicação social e, por conseguinte, a “comunicação social salienta o negativo” (Rosenthal 2009). Como confirmado neste estudo, os indivíduos que frequentemente acedem notícias da comunicação social tendem a formar opiniões negativas sobre o trabalho do governo. Isto é para dizer que o efeito negativo da educação formal na avaliação de desempenho do governo resulta do efeito negativo da comunicação social onde os indivíduos letrados normalmente vão buscar informação do trabalho do governo.

Um segundo aspeto que merece alguma discussão é o impacto do engajamento político. Considerando outros fatores, outros estudos revelaram uma associação significativa positiva entre o engajamento político e a eficácia política (Stenner-Day e Fischle 1992) e outros uma associação positiva entre a eficácia política e avaliação de desempenho do governo (Patterson, Ripley e Quilan 1992). Este estudo revelou uma ligação positiva entre engajamento político e a avaliação de desempenho do governo. Colocando todas essas evidências juntas, isso sugere que o impacto positivo do engajamento político na avaliação de desempenho do governo resulta da intermediação da eficácia política – isto é, a crença dos indivíduos de que as suas necessidades serão resolvidas pelo governo.

Este estudo deixa como questões para investigação adicional a análise dos impactos interativos da educação formal e comunicação social, por um lado; e engajamento político e eficácia política, por outro lado, na avaliação de desempenho do governo.

Referências

Bratton, M., Mattes, R. Gyimah-Boadi, E. 2005. *Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Patterson, S. C., Ripley, R. B., e Quilan, S. V. (1992) “Citizens Orientation Toward Legislatures: Congress and State Legislature”. *The Western Political Quarterly*, 45, 315-338.

Rosenthal, A. (2009) *Engines of Democracy: Politics and Policymaking in State Legislatures*. Washington, DC: CQ Press.

Rule, W. (1992). “Multimember Legislative Districts: Minority and Anglo Women’s and Men’s Recruitment Opportunity”. In W. Rule e J. F. Zimmerman (Eds) *United States Electoral Systems: Their Impact on Women and Minorities* (pp. 57-72). New York: Greenwood Press.

Shenga, C. (2018) “Participação das Mulheres e da Juventude no Processo Político na África Austral: Da Campanha Eleitoral ao Dia das Eleições”. Artigo apresentado no Acampamento Internacional sobre Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Informação, 10-14 de Julho de 2018, OXFAM.

Shenga, C. e Howe, L. (2017). “Youth Political Engagement and their Social Condition in Mozambique”. *CPGD Working Paper N° 7*.

Stenner-Day, K. e Fischle, M. (1992) “The Effects of Political Participation on Political Efficacy: A Simultaneous Equation Model”. *Australian Journal of Political Science*, Vol. 27, 2.

Trounstine, J., e Valadini, M. E. (2008). “The Context Matters: The Effects of Single Member versus At-Large Districts on City Council Diversity”. *American Journal of Political Science*, 52, 554-569.

Wollstonecraft, M. (1792). *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects*. Boston.

CPGD Working Paper Series

1. Shenga, C. (2012). “Mozambique Legislative Development: Observation from an Institutionalization Perspective”. *CPGD Working Paper No 1*.
2. Shenga, C. (2013). “Assessing the Democratic Quality of Local Elections in Mozambique”. *CPGD Working Paper No 2*.
3. Shenga, C., Pedro, C. and Muendane, E. (2013). “A Qualidade da Democracia e Governação em Moçambique: Questões Específicas do País”. *CPGD Working Paper No 3*.
4. Shenga, C., Muendane, E. And Pedro, C (2013). “Indicadores da Democracia em Moçambique: Perspectivas Públicas”. *CPGD Working Paper No 4*.
5. Shenga, C. (2015). “Public Approval of Legislators’ Job Performance in Africa”. *CPGD Working Paper No 5*.
6. Shenga, C. (2016). “Electricity Provision and Elections in Mozambique”. *CPGD Working Paper No 6*.
7. Shenga, C. and Howe, L. (2017). “Youth Political Engagement and their Social Condition in Mozambique”. *CPGD Working Paper No 7*.
8. Shenga, C. (2017). “Born Frees’ Attitudes towards Democracy in Mozambique: A Comparative Study of Political Generations”. *CPGD Working Paper No 8*.
9. Shenga, C. and Howe, L. (2017) “The School as an Institution of Democracy: An Assessment of Mozambique”. *CPGD Working Paper No 9*.
10. Shenga, C. (2018) “Avaliação de Desempenho do Governo nos Países da África Austral: A Perspetiva Pública”. *CPGD Working Paper No 10*.



Centro de Pesquisas sobre
Governança e Desenvolvimento

The **Centre for Research on Governance and Development (CPGD)** is an independent and interdisciplinary research institution, established in 2011, dedicated to supporting and conducting relevant, systematic and evidence based research for policy intervention in Mozambique.

CPDG is based in Mozambique, harnessing local expertise, to conduct research in the areas of governance and development, including: democracy, good governance and poverty with the aim of building an effective and capable state that is accountable and transparent, inclusive and responsive.

Our goal is to strengthen empirical social science capacity by supporting and conducting relevant systematic research to inform Mozambican decision-makers for policy intervention and implementation.

Our mission is to produce and promote evidence-based research for effective public policy and decision making in Mozambique.

Our main objectives are:

- To **produce scientifically reliable data** on Mozambican citizens, elites and political institutions,
- To **build institutional capacity** for systematic research in Mozambique, and
- To broadly **disseminate and apply systematic research results** to inform policymaking and implementation.

The values shared by the organization:

- We are an **independent and interdisciplinary** research organization;
- We are **accountable to the public** whose trust we hold;
- We **uphold integrity, neutrality and objectivity** in our work; and
- We are **committed to excellence** in all endeavours.

Centro de Pesquisas sobre Governança e Desenvolvimento
Centre for Research on Governance and Development
• Micanhine Nº17 • Marracuene-Sede • Maputo • Moçambique •
Website: www.cpgd.org.mz • Email: info@cpgd.org.mz

A NOSSA MISSÃO é promover pesquisa e política pública baseadas na evidência empírica